



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO LEGISLATIVO: PROJETO DE LEI N° 04/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

## RELATÓRIO

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação, na forma regimental, em observância do disposto no art. 39, § 1°, c/c art. 44, III, c/c art. 50, § 1°, do Regimento Interno, enviou para análise desta Relatora o Projeto de Lei n° 04, de 03 de janeiro de 2025, que autorizada o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 932.443,50, destinados a custear despesas com o Departamento de Administração (Administração Geral), Ensino (Criança na Escola) e Departamento de Obras (Ponte Fazenda São Francisco), sendo que o crédito autorizado será custeado com recursos provenientes de anulações parciais de dotações orçamentárias fixadas no orçamento vigente, no valor de R\$ 93.000,00, superávit financeiro do ano anterior, no valor de R\$ 73.920,60, e excesso de arrecadação do convênio destinado a Ponte da Fazenda São Francisco, no valor de R\$ 765.522,90, conforme estabelecem os incisos I, II e III do § 1° do art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (artigo 2° da proposição).

Quanto à competência, compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, conforme dispõe o artigo 30, inciso I, da CF/1988 c/c art. 4°, inciso I, da Lei Orgânica. Quanto à iniciativa, compete ao Poder Executivo iniciar o processo legislativo, conforme prevê o art. 23 da Lei Orgânica. A espécie normativa também é adequada porque a matéria tratada no projeto não está dentre aquelas previstas no art. 22, parágrafo único, incisos I a VIII, da Lei Orgânica do Município, que exige a tramitação sob a forma de Lei Complementar. Ademais, compete a Câmara Municipal apreciar projetos de lei de abertura de crédito adicional especial, conforme artigo 85 da Lei Orgânica, sendo vedado à sua abertura sem prévia autorização legislativa (art. 86, inciso V, da Lei Orgânica). O projeto também está tecnicamente adequado, isto é, de acordo com a Lei Complementar nº 95/1998. Assim, constatei que o mesmo deverá ser encaminhado ao Plenário, que é a instância máxima para debate e deliberação sobre o mérito da propositura.

Câmara Municipal de Magda, em 07 de janeiro de 2025.

Valdemar Cardoso Neto Relator











# COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO LEGISLATIVO: PROJETO DE LEI N° 04/2025

AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO: "DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ

OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

#### PARECER

Em data de 07 de janeiro de 2025, às 17h30, a Comissão de Justiça e Redação, em reunião realizada na sala destinada as Comissões, na Câmara Municipal de Magda, com a presença de todos os membros e depois de analisar o Relatório apresentado pela ilustre Relatora designada pelo Presidente, resolvem aprovar o Relatório em sua integralidade, de forma unânime, que integrará este parecer.

É o nosso parecer. (S.M.J.)

Câmara Municipal de Magda, em 07 de janeiro de 2025.

Victor Hugo Tardioli Costa

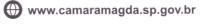
Presidente

José Roberto Pirota

Vice-Presidente

Valdemar Cardoso Neto

Membro







## COMISSÃO DE TRIBUTOS, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Processo Legislativo: Projeto de Lei nº 04/2025

Autoria: Poder Executivo Municipal

Assunto: "Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências".

#### **RELATÓRIO**

O Presidente da Comissão de Tributo, Finanças e Orçamento, na forma regimental, em observância do disposto no artigo 40, inciso III, c/c artigo 44, III, c/c § 1º do artigo 50 do Regimento Interno desta Casa, enviou para análise deste Relator o incluso Projeto de Lei nº 04, de 03 de janeiro de 2025, que autorizada o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 932.443,50, destinados a custear despesas com o Departamento de Administração (Administração Geral), Ensino (Criança na Escola) e Departamento de Obras (Ponte Fazenda São Francisco), sendo que o crédito autorizado será custeado com recursos provenientes de anulações parciais de dotações orçamentárias fixadas no orçamento vigente, no valor de R\$ 93.000,00, superávit financeiro do ano anterior, no valor de R\$ 73.920,60, e excesso de arrecadação do convênio destinado a Ponte da Fazenda São Francisco, no valor de R\$ 765.522,90, conforme estabelecem os incisos I, II e III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (artigo 2º da proposição).

Destaco, inicialmente, que o art. 40, inciso III, do Regimento Interno, dispõe que compete à Comissão de Tributos, Finanças e Orçamento emitir parecer sobre proposições referentes à abertura de créditos adicionais especiais. Pois bem. No caso versado, após criteriosa análise do projeto de lei, verifiquei que o projeto encontra amparo na legislação municipal, conforme dispõe os arts. 85 e 86, inciso V, da Lei Orgânica. Também encontra amparo na Legislação Federal, nos termos do art. 167, inciso V, da CF/1988 e na Lei Federal nº 4.320/1964, artigo 40, artigo 41, incisos I, II e III, c/c artigo 42 e artigo 43, § 1°, incisos I, II e III. Ademais, o Poder Executivo justificou que o crédito autorizado será coberto com recursos provenientes de anulações parciais de dotações orçamentárias fixadas no orçamento vigente, no valor de R\$ 93.000,00, superávit financeiro do ano anterior, no valor de R\$ 73.920,60, e excesso de arrecadação do convênio destinado a Ponte da Fazenda São Francisco, no valor de R\$ 765.522,90, conforme estabelecem os incisos I, II e III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 (artigo 2º da proposição). Posto isso, s.m.j., verifiquei que o projeto deverá ser encaminhado ao Plenário, que é a instância máxima para debate e deliberação sobre o mérito da propositura.

Câmara Municipal de Magda, em 07 de janeiro de 2025.















## COMISSÃO DE TRIBUTOS, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Processo Legislativo: Projeto de Lei nº 04/2025

Autoria: Poder Executivo Municipal

Assunto: "Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial e dá outras providências".

### **PARECER**

Em data de 07 de janeiro de 2025, às 17h30, a Comissão de Tributo, Finanças e Orçamento, em reunião realizada na sala destinada as Comissões, na Câmara Municipal de Magda, com a presença de todos os membros e depois de analisar o Relatório apresentado pelo eminente Relator designado pelo Presidente, resolvem aprovar o Relatório em sua integralidade, de forma unânime, que integrará este parecer.

É o nosso parecer. (S.M.J.)

Câmara Municipal de Magda, em 07 de janeiro de 2025.

MARIA LINA MORIAL CARDOSO

mariadina M. Cardara

Presidente

APARECIDO FERREIRA Vice-Presidente



